

# Estado moderno, cidadania e educação: breve ensaio sobre o atual processo civilizatório\*

João dos Reis Silva Júnior

Doutor em Educação/PUCSP, com pós-doutoramento em sociologia política na UNICAMP. Professor da Universidade de Sorocaba/SP e da PUCSP.  
e-mail: jrjunior@pucsp.br

## Resumo

O artigo, de natureza predominantemente ensaística, aborda as complexas relações que se estabelecem entre o *Estado Moderno, a Cidadania e a Educação*, no quadro atual das relações capitalistas de produção. Metodologicamente, o texto se apóia nas posturas teóricas de pesquisa assumidas por Darton e Lefebvre para parametrizar a análise do tema, bem como as formulações de John Locke, em suas obras: *Segundo Tratado Sobre o Governo, Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e *Some Thoughts Concerning Education*, no que se refere ao período do *Liberalismo Clássico*. Para analisar o período do *macro-acordo social*, que assume sua expressão institucional máxima no *Estado de Bem Estar Social*, o texto se baseia em duas obras de autores nacionais: *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*, de Francisco de Oliveira, e no livro *A Crise Total – a economia política do não*, de Lauro Campos. Por fim, o texto se apóia nos trabalhos de Friedrich Hayek, em especial, nos livros *Camino de servidumbre* e *The fatal conceit – the errors of socialism*, bem como em Milton Friedman, em seu *Capitalismo e Liberdade*, para analisar a atual hegemonia das teorias neoliberais.

## Palavras-chave

Estado moderno - cidadania - educação.

## Abstract

This article, predominantly in the nature of an essay, broaches relationships that are established between the *Modern State, Citizenship and Education*, within the present situation of capitalist production relations. Methodologically, the text is supported on the theoretical postures of research practised by Darton and Lefebvre in order to establish parameters for the analysis of the theme, as well as the formulations of John Locke, in his works: *Second Treaty on Government, Essay on Human Understanding* and *Some Thoughts Concerning Education*, in so far as they refer to the period of *Classical Liberalism*. In order to analyse the period of the *social macro-agreement*, which takes on its highest institutional expression in the *Welfare State*, the text is based on two works of national authors: *The privatization of that which is public, the ousting of speech and the annulation of politics: neoliberal totalitarianism*, (Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal) by Francisco de Oliveira, and the book *Total Crisis – the political economy of saying no (Crise total – a economia do não)* by Lauro Campos. Finally, the text is supported by the works of Friedrich Hayek, specially the books *Camino de servidumbre* and *The fatal conceit – the errors of socialism* as well as by Milton Friedman in his *Capitalism and Liberty (Capitalismo e Liberdade)*, to analyse the present power of neoliberal theories.

## Key words

Modern state - citizenship - education.

---

\* Este texto é o resultado do debate realizado após a palestra no Grupo de Estudo HISTEDBR, da Faculdade de Educação da Unicamp, a convite do Professor José Claudinei Lombardi. Em razão de tal processo e da complexidade do tema, o trabalho tem um caráter exclusivamente ensaístico, procurando abrir chaves de leitura e questões para debates na direção do entendimento do papel que a educação tem realizado na atual fase do capitalismo, quando o próprio processo civilizatório burguês parece destruir-se.

## Introdução

O título deste texto, que já indica seu objetivo de identificar as complexas relações existentes entre a instituição política central da atual forma de produção de existência humana – o capitalismo – e a qualidade política identificadora do ser social que nela reproduz-se – a cidadania – e a educação (única prática social formativa ordenada juridicamente pelo Estado capitalista), mostra a enorme dificuldade da tarefa que me foi atribuída. A dificuldade do trabalho impõe-se, de um lado, por dever restringir-se a um breve ensaio, de outro, pelo volume de estudos sobre o tema, tratado de forma exaustiva e mediante variados recortes teórico-metodológicos por muitos intelectuais que dele fazem objeto de estudo de uma vida inteira, e pelo grande debate existente no momento atual entre intelectuais da nominada *Modernidade*, supostamente, em trânsito para um novo estágio: a *Pós-modernidade*. Tão somente esses argumentos bastariam para não me lançar ao desafio a mim proposto.

No entanto, dado o furor da crítica *pós-moderna* que soprou com acentuada presença no início dos anos noventa contra as categorias que emergiram da Modernidade, que arrefeceu em seguida, e a necessidade de um balanço crítico desse movimento ou, ainda, de explicitação concreta do que estruturaria a crítica *pós-moderna*, impeliram-me a aceitar esse desafio, mas deixando claro que se trata de um texto livre e de natureza predominantemente ensaística, pouco detalhado, como requer o rigor em relação à sua

origem na *cientificidade moderna*.

Isso impôs muita reflexão sobre a maneira de abordar o assunto, de sustentar-me em recorte metodológico, que, ao mesmo tempo, oferecesse chaves de leitura para o entendimento das relações em que consistem o objeto destas reflexões, e tivessem um grau possível de precisão e rigor científicos. O caminho desenhado *a priori* consiste em buscar alcançar os objetivos pretendidos aqui, por meio da produção de *intelectuais* e de suas respectivas *obras* que melhor expressaram o período considerado e que também influenciaram, com suas produções, as relações sociais e suas transformações por força da circulação de suas idéias via textos *impressos*.

Robert Darnton, em sua obra *O Beijo de Lamourette* (1990), ao referir-se à história do livro, descreve o percurso deste – do autor ao leitor – e as complexas relações que neste movimento se desenvolvem, dando origem a novas produções literárias, diálogos, críticas, réplicas e tréplicas conformadoras de novos universos de que o livro é constituinte essencial. Uma rica multiplicidade de atores, práticas sociais (que materializam relações sociais e formam sujeitos) e eventos passaria a dividir o palco de cena com o texto inicial. Conclui, pois, que a história do livro – desde os sonetos shakespearianos às instruções para montagem de um *kit* de rádio (Darton, 1990, p. 112; Sguissardi e Silva Jr, 2000) – é um campo do saber, de sutilezas raras e múltiplas dimensões reveladoras de muito do que o próprio livro não fez, ao mesmo tempo, em que contribui para pôr em movimento relações sociais em épocas históricas futuras,

em face da não identidade entre sujeito e objeto ao final da prática, por um lado, de outro, dada as diferentes *temporalidades históricas* presentes nas relações sociais, como nos esclarece Lefebvre, com base nas formulações de Lênin sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo.<sup>1</sup>

Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento. **A história do livro se interessa por cada fase desse processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, do meio circundante** (Darton, 1990, p. 112, grifos meus).

Por outro lado, segundo Lefebvre, a análise de um fato social de qualquer natureza, mesmo quando remetida para além de sua aparência imediata, pode produzir entendimentos sobre o objeto, que o prendam num eterno presente, amarrado à estrutura social que lhe dá origem, porém, vazio de história, em razão de uma análise de caráter predominantemente sincrônica. Ou seja, se creditarmos todas conclusões sobre encontros, desencontros, contradições e antagonismos à trama social que se desenha, por exemplo, por meio de uma etnografia, ao momento presente, estaremos, dessa forma, produzindo um conhecimento a partir da identidade sociológica entre aquilo que é simultâneo e o que é

contemporâneo. Desconsideramos, dessa forma, a densidade histórica dos fatos sociais, aprisionando nosso entendimento do objeto, por meio de um processo exclusivamente gnosiológico, em um estrutural e efêmero presente eterno.

Em sua clássica obra *Raízes do Brasil*, no âmbito da história, Sérgio Buarque de Holanda nos alerta sobre tal postura teórico-metodológica, quando trata dos tradicionalistas intelectuais da política brasileira:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida não representam, ao seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz. Se a considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia para se justificar e ganhar prestígio. [...] **As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação** (Holanda, 1999, p. 33, grifos meus).

Em acréscimo, Lefebvre, de um ponto de vista sociológico, escreve:

Para quem não analisa, o passado vem, muitas vezes, se perder, se mostrar num presente inteiramente presente e aparentemente dado, ou em um bloco anacrônico e fora de uso. Daí o caráter, ao mesmo tempo, difícil e recente da *sociologia* [...], ciência do atual que não pode prescindir da história, pois aqui, como lá e acolá, o histórico persiste e age sobre o atual (Lefebvre, 1981, p. 145).

No mesmo texto, Lefebvre argumen-

tará sobre a inexistência de identidade entre o simultâneo e o contemporâneo, e que as contradições, conflitos, encontros e desencontros da sociedade atual, de suas instituições e práticas sociais devem-se à estrutura atual e em razão de outras estruturas, culturas e valores produzidos e que foram orgânicos em épocas históricas anteriores. Daí a possibilidade e a necessidade de analisarmos um fato social com suas imbricadas relações e práticas sociais, tendo em conta o movimento sincrônico e diacrônico desse fato social.

A partir das posturas teórico-metodológicas de pesquisa assumidas por Darton e Lefebvre, que se expressaram em suas obras e o universo por elas criado, é que optamos por desenvolver nossas reflexões sobre o complexo tema **Estado Moderno, Cidadania, Educação e processo civilizatório** por meio das formulações do insuspeito liberal John Locke, em seus *Segundo Tratado Sobre o Governo, Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e *Some Thoughts concerning education*, no que se refere à temática no período do *Liberalismo Clássico*. Para trabalharmos o período do *macro-acordo social*, que assume sua expressão institucional máxima no *Estado de Bem Estar Social*, centramo-nos no arguto ensaio *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal* de Francisco de Oliveira e no livro *A Crise Total – a economia política do não*, de Lauro Campos. Por fim, para lançarmos alguma luz sobre o momento atual do capitalismo, sem deixar de considerar os períodos anteriores, apoiaremos-nos em

Friedrich Hayek, particularmente, em seus *Camino de servidumbre* e *The fatal conceit – the errors of socialism*, bem como em Milton Friedman, em seu *Capitalismo e Liberdade*.

Pensamos que, dessa forma, produziremos algumas reflexões introdutórias que contemplem objetivos tão amplos, porém, com uma abordagem que radicalize a crítica ao momento presente do capitalismo em contraposição às posições do *fim da história*, quando, tal como Lefebvre propõe, o passado não é algo dado e estático, mas, sobretudo, dinâmico e que se põe no atual aqui e acolá, não vê-lo e não incorporá-lo significa nos condenar à eternidade de um presente efêmero produzido por uma profusão de signos imagéticos, no qual o sujeito esquizofrênico existe tão somente em seu próprio pensamento em momento determinado de seu viver.

### **Locke – estado moderno, cidadania e educação: o liberalismo clássico**

Em muitas obras sobre o liberalismo pode-se notar a ênfase nos direitos inalienáveis à vida – decorrentes do Jusnaturalismo –, à liberdade, à igualdade e à propriedade dos indivíduos em sociedade, como instituidores do Estado, para garantia desses direitos e, portanto, para garantia dos homens e de sua espécie. A própria *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU, na sua Resolução 217A (III), de 10 de dezembro de 1948, no seu primeiro suposto de seu preâmbulo,

assevera “[...] que o reconhecimento da dignidade da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui no fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [...]”, e no seu primeiro artigo proclama que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação aos outros com espírito de fraternidade”. Isso mostra os fundamentos da ideologia liberal pautada no princípio da tolerância religiosa e da autonomia dos três poderes, reivindicando como sustentação do Estado capitalista, diante da influência do jusnaturalismo, uma autonomia para a razão, no que se refere à ética e à moral, como o cartesianismo a reivindicava no plano científico.

Muitos pensadores combateram o absolutismo e o inatismo das idéias e, obviamente, do poder. No entanto, parecidos mais marcantes as idéias de John Locke (1632-1704), presentes em duas obras publicadas em 1690: *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e o *Segundo Tratado sobre o Governo*. Locke escreve, como um dos princípios do *Segundo Tratado sobre o Governo*.

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo **tão-só em prol do bem público** (Locke, 1991, p. 216, grifos meus).

Para Locke, toda idéia teria sua origem na percepção e nos sentidos, não sendo, portanto, imanente ao homem ou

inata. Segundo ele,

Consiste numa opinião estabelecida entre alguns homens que o entendimento comporta certos *princípios inatos*, certas noções primárias, *koinal'ênolai*, caracteres, os quais estariam estampados na mente do homem, cuja alma os recebera em seu ser primordial e os transportara consigo para o mundo. Seria suficiente para convencer os leitores sem preconceito de falsidade desta hipótese se pudesse apenas mostrar [...] como os homens, simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo conhecimento que possuem sem a ajuda de quaisquer impressões inatas e podem alcançar a certeza sem quaisquer destas noções ou princípios originais (Locke, 1991, p. 13).

O filósofo combaterá, a partir dessa tese, todos os defensores do inatismo das idéias e, no âmbito da política, todo poder inato. Todo poder político teria passado a existir a partir de um momento histórico, quando os homens fizeram um pacto para organizar a forma de convivência; desse pacto derivaria o poder político e suas formas de realização, constituindo-se o Estado em sua estrutura máxima. Com base nesses argumentos, Locke desenvolveu suas formulações sobre instituições políticas e civis para garantir os direitos que o ser humano tivera, quando ainda não se havia diferenciado da natureza.

No estado natural, para Locke, todos nascem iguais, racionais e em liberdade; as leis da natureza encontrar-se-iam igualmente nas mãos dos indivíduos, não existindo, ainda, o espaço comunal. Os homens estabeleceriam sua identidade por meio da razão, com vistas à preservação da paz e dos direitos dos outros. No entanto, no estado natural, os direitos de igualdade,

liberdade e propriedade<sup>2</sup> – próprios desse estado – poderiam ser ameaçados, dado que alguns homens favoreceriam mais a si e a seus amigos, provocando, a partir de então, um estado de guerra. Isto contrariaria o estado natural, bem como esses direitos; disso deduz Locke a necessidade de superação, pelo homem, desse estado natural.

Nesse momento os homens teriam feito um pacto social e criado a sociedade política para a preservação dos direitos naturais [de igualdade, liberdade e propriedade, com base no suposto de que a condição humana supunha a existência da razão] de qualquer indivíduo, independente de suas condições naturais. Não há renúncia dos direitos naturais em favor dos governantes, como o queria, por exemplo, Hobbes: há um pacto para a preservação de tais direitos a todo cidadão. O poder dos governantes, portanto, derivaria da sociedade, da qual o receberiam (Locke, 1991, p. 225).

As atividades executivas e legislativas do indivíduo em estado natural transferir-se-iam para a sociedade, aqui, incluída a esfera econômica. Esta, portanto, é a base e o limite do poder político dos governantes, isto é, o processo de criação do pacto social e de criação do poder político, como transferência do ato de governar, por outorga da sociedade, constitui-se em espaço comunal construído por esse pacto social, dele deriva o poder político e a condição de *ser cidadão*. a Cidadania.

O público e o estatal põem-se, assim, como realidades distintas para Locke. O estatal é derivado do público e, ao mesmo tempo, a ele submetido, razão pela qual o homem, por meio do pacto social, constituiu-se em sociedade. Assim, o público só se faz na conjugação com o Estado, ainda

que este último derive do primeiro e a ele se submeta. Não há, portanto, sentido em se falar de público na ausência do Estado e vice-versa (Locke, 1991, p. 268).

O privado, portanto, como corolário do exposto acima, estaria circunscrito ao âmbito das possibilidades de ação dos indivíduos singulares, ou considerados como coletivo, porém, em conformidade com o poder legislativo, por sua vez derivado do público e a ele submetido. Somente dessa forma o pacto social e a constituição dos poderes estariam garantidos; com eles, os direitos naturais de igualdade, liberdade e propriedade, ancorados na razão. Pode-se concluir que o que não é estatal é necessariamente público, isto é, está no âmbito da sociedade.

Sob tal arrazoado teórico-político, os pressupostos da ideologia liberal ancorar-se-iam na diferenciação entre o público (inerente à sociedade) e o estatal (referente ao governo), que se legitima ou não conforme a natureza de suas ações contrarie ou não o interesse público (sociedade). A diferença entre as instituições do público (sociedade) deve tomar como referência suas próprias especificidades e não suas relações com o Estado (governo), uma vez que, na relação com o Estado, todas as instituições da sociedade são iguais.

Justamente, nesse momento histórico, no que se refere a Locke e à Inglaterra, trata-se da vitória de Guilherme de Orange sobre seu sogro Jaime II, em 1688, por meio da *Revolução Gloriosa*, quando desembarcou em solo britânico, tendo em seu estandarte os dizeres *“Em defesa da Liberdade, do Parlamento e do Protestantismo”*. Estavam

postas as condições econômicas para o capitalismo legitimado pelo Liberalismo e consolidava-se a tolerância religiosa. Na expressão de Campos (2001), a fase de *Eros* do capitalismo iniciara e com ela um novo processo civilizatório com a presença de instituições sociais com autonomia relativa quanto ao Estado e mais progressista do que o regime monárquico absolutista dos *Stuart*, ainda que já trouxesse, em potência, a fase *thanática* dessa forma de produção da vida humana: o capitalismo.

Contudo, vale destacar as formulações de Sader, que, estudando a noção de Estado e Política em Marx, a partir especialmente de seus escritos sobre as lutas sociais de 1848 e 1870, na França, e, referindo-se ao Estado capitalista, escreve:

[...] a lógica mais importante que comanda a compreensão do papel do político no mundo moderno é a que distingue claramente entre dois momentos históricos em que a burguesia luta pela sua hegemonia sobre as relações feudais, e o momento a partir do qual o capitalismo se instaurou como estrutura social predominante. As formas de existência solicitadas ao político neste segundo momento serão determinadas pelas condições em que aquela primeira etapa foi vencida. Em outras palavras: as condições de acumulação primitiva obtidas pela burguesia na luta contra os privilégios feudais, solicitarão uma intervenção maior ou menor dos mecanismos políticos no novo esquema das relações de produção. As estruturas e o campo de ação possível no interior do qual se darão as condições de reprodução do capital serão, a partir dessas condições primitivas, o motor de compreensão dos fenômenos

políticos, em geral, e do papel do Estado, em particular (Sader, 1993, p. 96, grifos meus).

Ainda que fundado, do ponto de vista ideológico, no liberalismo e em seus pressupostos originários da filosofia política, com destaque para o jusnaturalismo, o Estado capitalista – e conseqüentemente as esferas do público e do privado – deve ser entendido a partir das relações sociais de produção. O que é estatal, público e privado constitui-se, em meio ao movimento dinâmico e contraditório do capital, segundo sua própria dinâmica, sempre em expansão, como assinalado anteriormente e como reafirma Sader:

[...] a *realização* do político (que a filosofia política vê) no mundo moderno só seria possível se as relações de produção capitalistas fossem relações fechadas sobre si mesmas; isto é, se as condições da circulação sempre comandassem seu mecanismo, não fazendo do capitalismo um sistema que reproduz as condições de sua realização, mas sempre sob uma forma ampliada, condenando-o a uma expansão contínua. Na medida em que, por exemplo, o capitalismo não produz mercado consumidor no mesmo ritmo de expansão em que amplia a produção, isto é, na medida em que algum dos mecanismos que solicitam uma contínua expansão da produção não encontra correspondentes no consumo, o sistema já não está reproduzindo todas as condições necessárias à sua existência. As crises apontam exatamente para as contradições entre um sistema que produz seus pressupostos, mas que, pela separação entre produção social/apropriação privada que o funda, não reproduz homogeneamente as condições de produção e de apropriação. A produção tende a uma contínua expansão, já que, conforme a fórmula sintética do *Manifesto Comunista*,

“a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente a produção” (Marx e Engels, 1982, p. 24); mas as condições de apropriação não são multiplicadas pelo mesmo mecanismo. Ao contrário, a tendência é a de aceleração da contradição entre a produção – cada vez mais socializada – e a apropriação – crescentemente privatizada (Sader, 1993, p. 50).

Isso põe para o capitalismo a necessidade substancial de uma expansão constante no campo estrito da economia, bem como para outras esferas, como as sociais e as políticas, reconfigurando, de forma permanente, o paradigma do poder político e, conseqüentemente, os espaços públicos e privados, os direitos sociais e a cidadania burguesa.

A partir do que se expôs do pensamento *lockeano* sobre a necessidade da criação do poder político materializado no Estado Moderno, em sua primeira formação histórica, especialmente, o suposto central de que tal poder político, ainda que se materialize no Estado, emerge na sociedade e a ela deve submeter-se, decorre uma conseqüência de extrema relevância na Ideologia Liberal: a condição de ser cidadão, isto é, a Cidadania. O conteúdo histórico de tal condição do ser social, segundo Locke, é produzido em suas formulações derivadas de seu empirismo e do jusnaturalismo, mas, sobretudo, do momento histórico em que viveu. Poderíamos dizer, a partir das referidas obras de Locke que a cidadania é em si uma esfera social dotada de materialidade, a materialização da esfera política na sociedade civil. Ou, como Lefebvre formula em *L'Etat*, uma das dimensões do Estado: o Estado como

relação social, a partir das relações sociais de produção, que produzem um espaço de regras consentidas. Trata-se, aí, do processo de politização da sociedade e de constituição do sujeito, no qual a política é fator relevante em tal processo. Ela é um movimento de produção de objetividade social por meio de práticas humanas, realizaria os princípios da ética e da moral com origem no Jusnaturalismo – a liberdade, a igualdade e a propriedade/trabalho –, por um lado, e, de outro, sustentado na razão, dada sua filiação empirista. Em síntese, tratar-se-ia do desenvolvimento da razão com vistas ao fortalecimento do Estado Moderno e da respectiva Esfera Política, no âmbito da sociedade civil, e a construção da condição de *ser social*, no estágio societal da humanidade: a Cidadania.

Convém, contudo, destacar qual o contexto de tais formulações de Locke. Trata-se da formação das bases econômicas para a institucionalização política do capitalismo: novas formas históricas para o Estado, para a sociedade, para a racionalidade econômica, para as esferas pública e privada, para o ser social. A nova condição de ser social, que se expressa como cidadania – tal como a temos entendido – pode ser nesse momento considerada revolucionária. Porém, quando assumimos as orientações analíticas de Marx retomadas por Sader, concluímos sobre o caráter abstrato dos valores *igualdade e liberdade*, quando contraposto ao de *propriedade privada*. Assim, ainda que revolucionária a nova substância histórica da cidadania, nela presente até a atualidade, mostra-a, historicamente, apenas formal. Para reiterar o que tanto já se disse: *todos*



*são iguais perante a lei.*

Essas dimensões concretas da cidadania são detalhadas nas suas reflexões sobre a educação em seu *Some Thoughts Concernings Education*, levando em consideração a especificidade de um processo educacional, que se apresenta na forma de um *manual pedagógico* voltado para a educação dos filhos da burguesia, guardando, em certo sentido, características da preceptoria. Nos vários parágrafos em que se constitui o livro, cada um deles versando sobre o tema constitutivo da criança e do jovem, Locke aborda uma grande variedade de temas e metodologias para cada fase. Desde a *Saúde* até a *História*, a *Ética* as *Leis Cívicas* e as *Leis* em geral, passando por outros tópicos, tais como a *disciplina*, a *punição*, a *culpa*, a *obstinação*, etc. Permitindo-nos ao menos inferir sobre as suas reflexões, que a educação para o filósofo é um processo de constituição de um sujeito que vive com disciplina, com método, com um *espírito indagativo sobre mundo*, mas, sobretudo, que atue na direção da grandeza de sua nação, traz em si sua marca histórica: *educação burguesa*.

### Francisco de Oliveira e Lauro Campos – O Estado de Bem Estar Social, Cidadania e Educação: o macroacordo social do século XX e a economia política do não

O entendimento da emergência do estado de Bem Estar Social e a respectiva esfera política no âmbito da sociedade civil – que aqui temos entendido como um complexo social: *a cidadania* – e sua rela-

ção com a educação, pode ser feito a partir de uma análise marxiana, por meio do complexo movimento do capital, no âmbito da economia. A política, ainda que mantenha sua especificidade, guarda uma relação orgânica com a economia, como vimos anteriormente, por meio das reflexões de Sader, embasadas em Marx. Dessa forma, o entendimento das mudanças de concepções de Estado, as reconfigurações das esferas públicas e privadas, do alargamento ou estreitamento dos direitos sociais (cidadania) e do paradigma educacional, deve ser feito a partir da decifração da linha de desenvolvimento da totalidade social, que orientará o movimento específico de cada complexo social. O movimento do capital é expansivo, dinâmico e, como adquire uma *legalidade própria*, segundo Marx, Lukács, Lefebvre, dentre outros, as conseqüências no âmbito econômico, social, cultural e civilizatório vão sempre além das ações e metas empreendidas pelos atores, para o bem e para mal, quanto à elevação da condição humana, quanto à extensão do ser humano, em sua dimensão genérica.

O entendimento do processo de expansão do capital, para outros setores econômicos ou sociais, ainda não organizados segundo sua lógica, bem como da redefinição histórica das esferas pública e privada, faz-se por meio da compreensão da própria dinâmica do capitalismo, como examinada por Marx, de forma longa e profunda, em *O Capital*, no livro III, a partir do estudo das taxas de mais valia e de lucro, eventual sustentação teórica das formulações de Sader.

Para Marx, a taxa de mais valia é a

relação entre a mais valia (mv), que decorre de um capital variável, investido em um determinado setor (mv/v); e a taxa de lucro, a mais valia extraída a partir do capital total (C), investido nesse determinado setor (mv/C). O capital C investido é a soma do capital fixo (instalações, matérias-primas, equipamentos, etc.) com o capital variável (salários). Desta forma, em função da concorrência intercapitalista, o capital total (C), investido em determinado setor, tende, para cada unidade empresarial, para um mesmo valor. E, na medida em que o que acrescenta valor ao produto, no final do processo, é o capital variável, ou seja, o trabalho humano abstrato e socialmente determinado, a mais valia depende exclusivamente do capital variável; em outras palavras, depende da força de trabalho empregada nesse setor.

No entanto, como vimos acima, a taxa de lucro neste setor hipotético é medida em relação ao capital total (mv/C), implicando dizer que o aumento do capital total, provocado pela concorrência intercapitalista, leva a um decréscimo da taxa de lucro. Isso põe em movimento um complexo processo, discutido por Marx em *O Capital*, no livro III, caracterizado, predominantemente, pelo expansionismo do capital e de suas formas organizativas material e simbólico-culturais, para outros setores da economia, da sociedade e, mesmo, para outras regiões geográficas, ainda não organizadas segundo a racionalidade dessa forma de produção da vida humana. A tendência de expansão caminha e desenvolve-se nos espaços geográficos e sociais, nos quais a racionalidade capitalista não se fez organizativa daquelas relações sociais. Essa lógica

interna ao próprio capital faz do capitalismo um *modo de produção* expansionista e extremamente dinâmico, em sua base produtiva, na economia, na política, na cultura e na necessária unidade social, produzida em grande medida pela esfera política no âmbito da sociedade civil. Sua própria lógica, historicamente produzida, impõe-lhe constantes processos de rupturas e continuidades para sua própria manutenção. Isto nos indica um itinerário de entendimento da expansão do capital e, ao mesmo tempo, do processo de redefinição das esferas pública e privada e, conseqüentemente, quanto ao horizonte de possibilidades para os direitos sociais, à cidadania.

A manutenção da taxa de lucros é uma necessidade estrutural do capitalismo, tendo, como conseqüência, a tendência à superacumulação de capital em qualquer de suas formas (mercadorias, desemprego, capital-dinheiro, etc.). Por isso, o capitalismo é orientado para o lucro, para processos que mantenham uma equilibração de uma taxa de lucros, independente das nefastas conseqüências que tragam, para o próprio processo civilizatório que se engendrou em meio ao próprio movimento de crescimento, expansão e centralização do próprio capital. Reiterando com as conclusões de Sader, a partir de Marx:

Na medida em que, por exemplo, o capitalismo não produz mercado consumidor no mesmo ritmo de expansão em que amplia a produção, isto é, na medida em que algum dos mecanismos que solicitam uma contínua expansão da produção não encontra correspondentes no consumo, o sistema já não está reproduzindo todas as condições necessárias à sua existência.

É importante destacar algumas

transformações neste período, agora, em análise, denominado por Campos como *a economia política do não*, que, entre 1870 e 1910, a população dos Estados Unidos sofreu um aumento de 132%, proporcionalmente, a classe trabalhadora aumentou ainda mais, passando de 3.5 milhões para 14.2 milhões. O número de assalariados, em 1849, era de 957 mil, aumentando, progressivamente, para 4.2 milhões, em 1914; depois para 7 milhões, já em 1917. Também, nesse momento, foram fundados os primeiros sindicatos: Cavaleiros de São Crispin, A Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, que chegou a ter 700 mil filiados. Na década de 1880, surgiu o Partido Socialista e, em seguida, o Partido Comunista. Em 1905, foi fundada a *Industrial Workers of the World* (IWW), que se associou a clubes e outras entidades da sociedade civil, pregando a luta de classes e o socialismo nos Estados Unidos. Houve, por outro lado, uma superprodução de capital produzida nos primeiros momentos do capitalismo monopolista, por meio da superexploração, que, ato imediato, transformou a aparência dos países que mais sentiam tais mudanças. Movimentos revolucionários surgiram no México, na Europa Oriental e na Rússia. Tais eventos marcavam uma mudança estrutural no processo civilizatório burguês, dada a sua própria racionalidade e John Reed, jornalista e escritor apaixonado pela causa socialista, não deixou de sentir e de traduzir esses fatos concretos para a literatura, além de cobrir todos esses eventos. Em um de seus livros, de forma sensível, auto-analisando-se e comparando-se com

o que ocorria no mundo, escreveu:

Estou com 29 anos, e sei que este é o fim de um período de minha vida, o fim de minha juventude. Às vezes me parece também o fim da juventude do mundo; certamente a Grande Guerra mexeu com todos nós. Mas este é também o início de uma nova fase da vida, e o mundo em que vivemos está tão cheio de mudanças rápidas, cores e significados, que não posso deixar de imaginar as esplêndidas e as terríveis possibilidades da época que está por vir. Passei os últimos dez anos indo e de um lugar a outro, bebendo da fonte da experiência, lutando e amando, observando, ouvindo e provando coisas. Viajei por toda Europa, para as fronteiras do Oriente e para o México, vivendo aventuras, vendo homens mortos e mutilados, vitoriosos e sorridentes, visionários e bem-humorados. Durante minha vida, vi a civilização mudar, se estender e se suavizar; e a vi se destruir e se esfacelar na explosão da sangrenta guerra (Reed, 2001, p. 23, grifos meus; escrito em 1917).

Campos (2001), em sua *A crise completa – a economia política do não*, mostra com clareza que, depois da Crise de 1929, o capitalismo entrou na fase de *Thanatus*, no que se refere ao ser humano, faz isso ao nos mostrar o núcleo ideológico das teorias de Malthus e Keynes. Para o autor, a intervenção do Estado, por meio de investimentos em *não mercadorias*, em serviços improdutivos para gerar riquezas marginais, pleno emprego e excesso de consumo, em verdade dava início à *economia política do não*: a não produção de riqueza, ou seja, tem início a artificialidade da economia capitalista e a destruição do processo civilizatório burguês, por meio da mercantilização da esfera social da cida-

dania, isto é, dos direitos sociais. Dito de outra forma, um fundo público é produzido para a manutenção do capitalismo desde então, não só no plano da economia, mas, sobretudo, no âmbito da construção do macroacordo social. Ao fazer esse movimento, mostra outro, o da esfera social da cidadania, em um primeiro momento, de modo artificial, operacionaliza-se seu alargamento por meio das políticas do Estado de Bem Estar Social, fazendo do Estado a instituição social central para a expansão do mercado, portanto, de redução da diferença de ritmos de aumento da produção e do consumo, mas não eliminando as possibilidades de crise de superprodução do capital. Em seguida, no momento atual e como consequência do que se analisou agora, a cidadania precisa ser produtiva, isto é, os direitos sociais tornam-se mercadorias.

O *modo de produção* capitalista, portanto, necessita constantemente de transformações imprescindíveis para sua própria manutenção. O Estado, nesse sistema, ocupa lugar central e, portanto, ainda que com autonomia relativa sobre as classes sociais – mostrando-se como representante de todas elas e de seus segmentos –, orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação.

Conclui-se, pois, que, ainda que o público (em seu sentido corrente) derive do privado (do âmbito da sociedade civil), e a ele se submeta, a compreensão da abrangência e da definição dessas esferas depende diretamente do movimento das relações sociais de produção, que, por sua vez, constituem-se a partir da racionalidade

do atual *modo de produção*: o capitalismo. Os espaços públicos e privados são fluidos, mas distintos e relacionados entre si. De toda forma, o entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redesenham as relações entre o Estado e a sociedade; e inauguram novos paradigmas políticos alargando ou estreitando os direitos sociais, particularmente, aqui, para o que nos interessa, os relacionados ao direito à educação e sua racionalidade. Portanto, a compreensão das mudanças no conteúdo histórico da cidadania e de paradigmas educacionais somente pode ser feita no contexto de redefinição das esferas pública e privada, especialmente, em momentos de crise e mudança do capitalismo (Sguissardi e Silva Jr, 2001).

O momento histórico do capitalismo, em sua fase concorrencial, atinge seu ocaso no fim do século XIX, em função de sua racionalidade autofágica anteriormente delineada, tal como propõe Marx, e a burguesia assume o poder político e estabelece persuasiva e coercitivamente seu ordenamento jurídico formal e abstrato, fundada no jusnaturalismo como já anunciavam os dizeres do estandarte de Guilherme de Orange. No entanto, diante da crise que se instaura intensiva e extensivamente no período referido, tendo como marco histórico o ano de 1929, a linha de desenvolvimento da totalidade social, que tem como esfera fundante a economia, altera-se impondo mudanças estruturais para a conti-

nuidade da autofagia social produzida pela coisificação do homem e a destruição do próprio processo civilizatório construído no capitalismo. Um novo tempo se inaugura denominado fordismo, talvez, por um algum economista inspirado em Gramsci, que tem o Estado de Bem Estar Social como instituição central na sua nova forma fenomênica.

No âmbito econômico, o fordismo pode ser caracterizado como um modelo estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida, produtos homogêneos e produção em larga escala. Na esfera do consumo, o correspondente à produção em massa, é o consumo em massa, especialmente de bens de consumo duráveis. Na esfera política, o fordismo caracteriza-se pela realização de um compromisso de classes produzido a partir de políticas e legislação sociais, com a função da distribuição de renda, isto é, da intervenção do público sobre o privado, instituindo, conforme Francisco de Oliveira<sup>3</sup>, o *anti-valor* ou, como Lauro Campos formula, o *Departamento Econômico da Não Mercadoria*, da riqueza virtual, para a produção ideológica de determinada forma de organização social. O equilíbrio desse modelo econômico está, como se pode aparentemente deprender desta breve caracterização, centrado na esfera da política, de modo específico, na estrutura e funções do Estado. Nesse caso, o Estado de Bem Estar Social. Campos (2001, p. 37) escreve sobre o papel do Estado de Bem Estar:

[...] o assalariado está excluído do consumo, a não ser enquanto este reproduz sua força de trabalho como realidade histórico-social. O governo keynesiano passa a consumir,

no lugar do assalariado, aqueles valores de uso que o assalariado não pôde consumir e no lugar dos consumidores não capitalistas: também estes podem ser parcialmente excluídos, porque a demanda 'autônoma' do governo garante a valorização do capital objetivada em não mercadorias, não-meios de consumo.

Como se pode notar, por meio das políticas e legislação sociais e econômicas, o Estado de Bem Estar exerce um papel econômico e ideológico de regulação social, seja no aspecto político, seja no econômico. A equilibrção entre a oferta em larga escala e a demanda é produzida por meio das políticas sociais concretizadas com base em um fundo público acumulado pelo Estado, por meio da cobrança de impostos, isto é, pela via fiscal: o Estado torna-se o grande consumidor para a valorização do capital. Com isso, diminui a diferença entre o ritmo da produção e o ritmo do consumo, torna-se mercado consumidor, reproduzindo, dessa forma, as condições de reprodução do próprio capitalismo. E, por outro lado, oculta ideologicamente sua negatividade, mas, ao mesmo tempo, vai produzindo uma nova crise dessa forma de produção de existência humana, posto que sua ação não produz riqueza, somente usa aquela já produzida para reproduzir o capital, a força de trabalho e produzir sua própria ideologia. Isto é, ao mesmo tempo, que produz essa equilibrção, estabelece e administra politicamente o compromisso de classes. Produz, no século XX, o grande macroacordo social, o século da social-democracia, quando os capitalistas internalizam, como privado, aquilo que é público, numa espécie de *neopatrimonialismo*. Como nos alertou Francisco de Oliveira, em

seu ensaio referência, para este texto:

A experiência social de mais de sessenta anos do Estado de Bem-Estar, se considerarmos a Grande Depressão de 29 como marco da universalização de medidas de bem-estar, produziu o processo de sua "naturalização" [...] no sentido habermasiano de esgotamento das energias utópicas. Na base dessa "naturalização" estão dois fenômenos extremamente importantes, ao primeiro dos quais a literatura não dá nenhuma importância, e ao segundo dos quais já se dedicou bastante papel e que se tem chamado a perda da centralização do trabalho (Offe, como representativo), isto é, as profundas modificações na classe operária. Mas o primeiro fenômeno diz respeito às burguesias e no que [...] chamarei seu processo de intensa subjetivação da acumulação de capital, da concentração e centralização, cujo emblema e paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma experiência da desnecessidade, aparente, do público. Todo o discurso sobre as multinacionais, que ultrapassam e tornam obsoletos os Estados Nacionais, são formas expressivas dessa subjetivação de uma experiência que, contraditoriamente, foi alavancada (feíssima palavra) justamente pelo Estado de Bem-Estar (Oliveira, 1999, p. 56-57).

O Estado de Bem Estar, portanto, participa da reprodução do capital e da força de trabalho, de forma diferenciada, ocupando, dessa maneira, um lugar central na dinâmica do fordismo. Oliveira, analisando as relações entre o público e o privado no Estado de Bem Estar em Prefácio a Sguissardi e Silva Jr (2001), escreve:

[...] "publicização", na prática social-democrata deste século [XX], universalizada a partir da Grande Depressão, é uma operação mediante a qual o público se privatiza à condição de que o privado não apenas se

exponha à publicidade, mas se transforme pelos critérios do público. Em outras palavras, o macroacordo que é o Estado do Bem-Estar opera privatizando parte da riqueza pública, desde que esse 'novo' privado seja modificado pelo interesse público, que não é uma simples soma dos referidos interesses privados. Assim, subsídios fiscais, por exemplo, que são recursos públicos, podem ser dados ao setor privado da economia, desde que os resultados advindos dessa operação não sejam apenas dependentes da vontade dos proprietários do capital.

É interessante notar a argumentação de Oliveira, posto que, no texto, ele quer contrapor-se ao ultraliberalismo atual e, por esta razão, acentua o que poderia haver de positivo nas relações entre o público e o privado, no Estado de Bem Estar, continua ele, ao referir-se ao processo de "publicização" que emergiria com a reforma do Estado Brasileiro posta em curso sob a batuta de Bresser Pereira:

Mas a publicização do público é uma operação em que a cobra morde o próprio rãbo, posto que ele já é, por definição, público. Nisto consiste o silogismo, que é uma operação mistificadora, do conceito de 'público' em Bresser Pereira, que fundamenta a reforma do Estado de que é o principal 'publicitário'.

Queremos, contudo, não obstante a agudeza da crítica de Oliveira aos malabarismos teóricos de Bresser Pereira, argumentar contra a forma fenomênica fordista do capitalismo e de seu regime político: a democracia como valor universal para os sociais democratas. Para a social-democracia, o fordismo poderia constituir-se na emancipação humana, como se pode notar com clareza na fragilíssima máxima teórica de Bernstein, que no Estado de Bem Estar pro-

duzido pelas reformas da social-democracia e conduzindo a sociedade conforme tal racionalidade, faria da "Democracia [...], ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio de luta pelo socialismo e é a forma de realização do socialismo" (Bernstein in Fetscher, 1985, p. 282).

Ao que Rosa de Luxemburgo contra-argumenta:

[...] todas as relações fundamentais do domínio capitalista de classe não podem ser modificadas através de reformas legais sobre uma classe burguesa, porque não são frutos das leis burguesas nem governam sua forma [...]. Não é a força coercitiva de nenhuma lei que subjuga o proletariado à burguesia, mas sim a situação de necessidade, a carência de meios de produção. Todavia, no quadro da sociedade burguesa, não há nenhuma lei que possa decretar a posse desses meios pelo proletariado, já que ele foi despojado dos mesmos não através de uma lei, mas de um processo econômico (Luxemburgo in Fetscher, 1985, p. 217).

Segundo os sociais-democratas defensores do Estado de Bem Estar, seria possível, por meio da *Teoria Geral* de Keynes, gerar, ao contrário de *a economia política do não* e da *lei do anti-valor*, uma organização social privilegiada para um país, com um fluxo contínuo de investimentos com a socialização das indústrias; um apoio contínuo dos cidadãos à democracia manifestado por meio da sustentação da propriedade pública; com trabalhadores empenhados em colocar a economia do país em situação vantajosa dentro do cenário internacional; uma condição de lucratividade para a manutenção do pleno emprego e o desenvolvimento econômico; e a desigualdade social reduzindo-se a um patamar

mínimo.

Tal possibilidade histórica, por hipótese, seria possível por meio de reformas sociais e políticas, mesmo que, para tudo vir a ser concreto, muitas limitações dessem ser superadas. Porém, se um país assim se constituísse, nas palavras do social-democrata Przeworski:

Ainda se poderia descrever esta sociedade de outro modo. Eis uma sociedade onde a busca cega do lucro tornou-se o princípio exclusivo da racionalidade, tanto assim que até mesmo as empresas pertencentes à coletividade são guiadas por esse princípio. A escravidão assalariada tornou-se universal, de modo que todos estão sujeitos ao trabalho árduo. Reina a alienação: os indivíduos são forçados a vender sua força de trabalho, e nem mesmo a sociedade como um todo consegue controlar o processo de acumulação, que obedece critérios de lucratividade privada. **Famílias e escola são organizadas e reguladas com a finalidade de preparar as pessoas para a produção. Os jovens são forçados a adequar-se a moldes, para que se ajustem em lugares dentro deste sistema** (Przeworski, 1989, p. 284, grifos meus).

Na medida em que participa da reprodução do capital e da força de trabalho, promovendo o compromisso social, o Estado de Bem Estar desenvolve, ao mesmo tempo, uma intensa politização das relações entre capital e trabalho no interior do próprio Estado, oferecendo, desta forma, um certo grau de transparência do fetichismo do Estado Liberal, que se apresenta como representante de toda nação, quando, ainda que com certo grau de autonomia, representa e unifica os vários setores sociais ligados ao capital. A administração do fundo pú-

blico, essencial para o fordismo, impõe negociação política de representantes do capital e do trabalho no interior do Estado, para a produção de políticas públicas. Isto implica dizer que as instituições políticas são muito fortes no modelo fordista de desenvolvimento capitalista. Compreende-se, assim, o importante fator da força dos partidos políticos ligados aos trabalhadores e ao capital, dos sindicatos de trabalhadores e associações, sindicatos, federações e confederações ligadas ao capital e as intensas e complexas relações entre Estado e Sociedade.

Nessa forma histórica do capitalismo, dada a nova dinâmica da economia, o ser social e os direitos sociais eram bastante distintos do que foram à época de Locke. É importante ressaltar algumas dessas características. O indivíduo é envolvido na gestão pública de seu país, influenciando na produção de políticas públicas por meio da mediação de instituições políticas que participavam diretamente da produção de tais políticas no âmbito do Estado. Como corolário disso, os valores “coletivo”, “público”, “político” e “reivindicação” constituem-se em pilares do complexo social da cidadania no período fordista. A reprodução social da força de trabalho por meios públicos, como parte da estratégia de administração do conflito de classes e de administração econômica, era parte inerente à forma do ser social. Por outro lado, diante da necessidade estrutural da *economia política do não* – o consumo, como a outra face da produção em massa, colocava-se quase como um direito. Poderíamos dizer que o ser humano dessa época era o *cidadão consumista: com agudo senso público, coletivo e reivindi-*

*cativo*. Trata-se de boa expressão para indicar a cidadania – como a estamos entendendo – durante esse período sobre o qual discorreremos até agora.

É no contexto desse movimento da cidadania e orientado por seus valores, que se fortalece e se consolida a *Educação Democrática*, quando no século XIX desenvolveu-se a *Educação Nacional*, especialmente nos países à época mais desenvolvidos, como analisa Luzuriaga (1959): Alemanha, França, Inglaterra Estados Unidos da América, Rússia e Espanha. No entanto, vale destacar a partir do que nos traz o autor, as descontinuidades de paradigmas educacionais em função de grandes transformações. Uma primeira que já se torna explícita é a passagem da *Educação Nacional* para *Educação Democrática*. Posto que os Estados nacionais fortaleceram-se – com bastante influência do primeiro paradigma educacional –, durante o século XIX, a sua reafirmação institucional poderia ser fortalecida por meio da esfera educacional, daí, a *Educação Democrática*.

De forma contraditória à nossa forma de argumentação, a Alemanha, que tendo aderido a esse paradigma (o democrático) para a esfera educacional já no século XIX, na direção de uma Alemanha unificada, altera-o substancialmente quando do nazismo, escreve Luzuriaga (1959, p. 110):

O partido nacional-socialista, uma vez alcançado o poder e se convertido em partido único no Estado, começa a desfazer a obra iniciada pela República de Weimar, num sentido totalitário e autoritário. Entre seus objetivos figuram:

a) Formação do homem como soldado-



político e sua subordinação ao chefe superior, o Führer;

b) Criação de uma consciência racial-nacional como entidade suprema;

c) Desenvolvimento de disciplina e obediência cega às autoridades políticas;

d) Cultivo e endurecimento do corpo por forma semelhante ao exército militar;

e) Subordinação da educação intelectual à educação política, com a não admissão da existência de uma ciência independente;

f) Supressão da liberdade e da iniciativa individual na educação da vontade;

g) Subordinação da educação religiosa à política nacional-socialista.

Apesar do exemplo nazista, o que de fato firma-se em geral é a *Educação Democrática* com a orientação burguesa, obviamente. No século XX e no que se inicia, continuamos com a reiteração desse paradigma, mas, também, com a esfera educacional desenhando-se e redesenhando-se conforme as grandes transformações. Isso nos alerta para o entendimento das muitas reformas educacionais tão em pauta no mundo e, particularmente, no Brasil. O movimento da esfera educacional, na sua especificidade, é orientado pelo movimento do processo de *Reprodução Social*<sup>4</sup> (Lukács, 1981), que pode ser encontrado nas reformas do Estado e do político, nas suas relações mediadas com a economia. Por isso, o que vemos na história da educação pública (Luzuriaga, 1959) são reformas educacionais sempre em orgânica relação com as mudanças mais amplas em detrimento das pautas escolares cotidianas constituidoras do sujeito. No entanto, é necessário destacar que, para entender tais reformas, é imprescindível compreender o movimento de constituição das práticas

sociais na escola, no seu cotidiano, sem, contudo, perder de vista o movimento da totalidade social. Como na conjuntura atual, quando de fato a racionalidade educacional alinha-se à racionalidade das grandes transformações em curso no capitalismo mundial: *a mercantilização das esferas sociais e políticas, a consolidação da extended order* de Hayek.

### Hayek e Friedman – estado mínimo, cidadania e educação: o individualismo possessivo e a mercantilização da esfera social

A artificialidade econômica e o macroacordo social, produzidos pela intervenção do Estado de Bem Estar Social<sup>5</sup>, fizeram do fordismo um modelo extremamente rígido em sua base produtiva, em sua dinâmica macroeconômica – especialmente na equilibrção entre oferta e consumo artificialmente produzido em larga escala – e, portanto, com sua organização superestrutural, politicamente muito instável. Com um mercado esgotável de bens de consumo duráveis, apesar da atuação do Estado, e um alto grau de organização dos partidos políticos e sindicatos vinculados aos trabalhadores, tendo no centro um Estado, em que tensões entre capital e trabalho são, internamente, acirradas, o fordismo, depois de uma época de altas taxas de acumulação de capital, logo após a Segunda Guerra Mundial, entra em declínio na década de setenta. O mercado dá sinais de esgotamento, a taxa média de lucros dos países cai em movimento contínuo, o desemprego surge e se avoluma, as taxas inflacionárias

elevam-se e o ciclo fordista de acumulação capitalista mostra sua fragilidade e sua derradeira fase, dada a racionalidade capitalista já discutida anteriormente.

Nesse momento, as políticas de austeridade monetária e fiscal são acionadas, ao lado da busca de reformas de ordem geral, que produzam um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. Nesse contexto, o Estado de Bem Estar Social, por meio de estratégias coercitivas, é desmontado, juntamente com seu respectivo *pacto social*, num contexto de mundialização do capital, a condição imprescindível do capitalismo para a superação de suas crises. Nesse movimento de universalização, um intenso processo de mudanças radicais tem lugar, cujo objetivo central é a construção de um novo pacto social e, em razão disso, reformas institucionais são realizadas em profusão, a iniciar-se pelas reformas dos Estados, com expressões diretas no complexo da cidadania e da educação.

A tendência é de expansão do capital em excesso, no período anterior, em suas formas financeira e da mercadoria força de trabalho (desemprego em larga escala), o que implicou, como descrito anteriormente, no acentuado desemprego e na universalização do capitalismo, bem como movimentos intensivos para outras esferas sociais, alterando, de forma significativa, muitas delas, que outrora eram organizadas conforme a lógica pública. Em tal contexto, os sindicatos, partidos políticos, associações, etc., ligados à representação dos trabalhadores, enfraquecem-se de forma acentuada e não mais conseguem estabelecer a mediação entre a sociedade e o Estado,

enquanto, o capital, em seu processo de mundialização, fortalece-se e, com mediações, busca a reorganização da *Reprodução Social* (Lukács, 1981). Há, por outro lado, uma grande defasagem entre a massa de capital financeiro que circula no mundo e a riqueza efetivamente produzida por meio do capital produtivo, instabilizando a economia em nível mundial e, por essa razão, exigindo novas instituições que promovessem um novo *modus operandi* social e econômico do capitalismo.

Hayek, que esvreveu seu *Camino de Servidumbre*, no final da Segunda Guerra Mundial, quando, logo em seguida, a *economia política do não* e o *macroacordo social* articuladamente realizaram o que Hobsbawm chamou de anos dourados do século XX, nunca fora levado muito a sério na época. No entanto, em face da crise, torna-se o grande guru e seu livro um verdadeiro manifesto político da direita. Vale destacar a criação da *Société Mont Pellerin* organizada para a difusão de uma nova forma histórica do capitalismo e seus representantes como os intelectuais das reformas que se multiplicam especialmente depois da queda do Muro de Berlim. Legitimando o movimento de expansão sem fim do capital para o social, em geral e no âmbito da esfera política, Hayek esteve no Brasil debatendo, entre outros, com Henri Maksoud, a quem respondeu indagação sobre o núcleo de sua filosofia econômica da seguinte forma:

A *extended order*, como um todo, que representa uma adaptação às atividades humanas, através de uma infinidade de fatos particulares que ninguém conhece em sua

plenitude, foi feita pelo mercado. E o mercado se tornou possível pela ação das pessoas que adotaram as normas relativas à propriedade privada, aos contratos e assim por diante, que elas aceitavam não por ter compreendido que seriam benéficas à humanidade, mas pela simples razão, de que aqueles grupos que de alguma forma se fixavam nesses princípios do individualismo, multiplicaram-se muito mais rapidamente do que os outros, já que assim eles podiam manter uma população maior. E nossas crenças morais na propriedade privada e na liberdade de contrato cresceram juntamente com aquela noção moderna de ordem econômica, que tornou possível a sobrevivência de uma população praticamente quatro vezes superior àquela existente no mundo, antes que o homem deixasse de ser um caçador e um coletor, para se tornar um produtor para o mercado (Hayek, 1981, p. 2).

A *extended order*, ou deveríamos traduzir livremente como *ordem estendida do mercado*, já era tudo o que ocorria, especialmente com os Estados, de forma acentuada, nos países periféricos em meio ao processo de universalização do capitalismo. Nos quais, a nova base produtiva, bem como a financeirização do capital, provocaram drásticas transformações no mercado de trabalho, acentuando o desemprego estrutural, promovendo sua radical estratificação. Ao lado dessas mudanças estruturais, ocorreram transformações na legislação trabalhista e nos aparelhos de Estado produtoras das políticas sociais reprodutoras da força de trabalho, baseadas em um fundo público já bastante diminuído para esse fim. Esse quadro, como já ressaltado anteriormente, propiciou o enfraquecimento dos partidos e sindicatos ligados aos trabalhadores, bem como, com

as transformações na estrutura e funções do Estado, realizou-se uma repolitização das relações entre capital e trabalho no âmbito do Estado e da sociedade civil. A conseqüência decorrente disso, entre outros fatores, é o enfraquecimento das instituições políticas e a emergência de novos mediadores entre o Estado e a Sociedade, com graves ecos para a classe trabalhadora.

No entanto, a nova ordem emergente tem que conviver com os traços fordistas remanescentes, e a época atual conjuga elementos do novo e do velho. Parece decorrer daí a necessidade de organismos globais que, com poder político e econômico, produzam a sedimentação da nova ordem, sob a mesma hegemonia do capital (especialmente o financeiro) no âmbito nacional e global, agora, em uma nova forma, em um novo regime de acumulação, em diferente forma de *Reprodução Social* (Lukács, 1981). Nesse décor, emergem os intelectuais coletivos internacionais – os organismos multilaterais – como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, UNESCO, CEPAL, etc., com novas funções específicas voltadas para a consolidação, em nível global, da nova forma histórica do capitalismo. Segundo Chesnais:

O capital monetário, obcecado pelo “fetichismo da liquidez”, tem comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos, de modo que a “busca de credibilidade” diante dos mercados tornou-se o “novo Graal” dos governos. O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os mercados) deixa-lhes pouca margem para agir senão em

conformidade com as posições definidas por tais mercados [...] salvo que questionem os postulados do liberalismo. Pelo contrário, assim que surgem dificuldades, as instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo precipitam-se em defesa dos privilégios desse capital monetário, quaisquer que sejam o preço a pagar e os custos a socializar por via fiscal.

Os altos custos a que se refere Chesnais são socializados pela via fiscal, porém, em detrimento de inversões nas áreas sociais dos países, ainda que todos os discursos presidenciais e de intelectuais representantes dos organismos multilaterais sejam eloqüentes na defesa dos menos favorecidos. O social acaba por ser a porta de entrada para as propostas/pressões de reorganizações dos governos em favor da acumulação e fortalecimento do capital financeiro.

Segundo Coraggio (1996, p. 78-79), um dos possíveis sentidos das políticas sociais do Banco Mundial é

[...] instrumentalizar a política econômica, mais do que continuá-la ou compensá-la. São [as políticas sociais] o "Cavalo de Tróia" do mercado e do ajuste econômico no mundo da política e da solidariedade social. Seu principal objetivo é a reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem a mediação estatal. Outro efeito importante é introjetar nas funções públicas os valores e critérios do mercado (a eficiência como critério básico, todos devem pagar pelo que recebem, os órgãos descentralizados devem concorrer pelos recursos públicos com base na eficiência da prestação de serviços segundo indicadores uniformes etc.), deixan-

do como resíduo da solidariedade a beneficência pública (redes de seguro social) e preferencialmente privada, para os miseráveis. Em conseqüência, a elaboração das políticas setoriais fica subordinada às políticas de ajuste estrutural, e freqüentemente entra em contradição com os objetivos declarados.

Não é difícil tornar explícito o movimento de mudanças no Estado: a esfera pública restringe-se, mas continua forte, enquanto a privada expande-se, por meio de uma nova regulamentação muito distinta da que regulamentava o público no Estado de Bem Estar Social. O Estado Nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social, forte porque produz políticas sobre as diversas atividades de Estado, pouco interventor, pois impulsiona um movimento de transferência de responsabilidades, segundo a ideologia liberal, de sua alçada, para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do "político", é, agora, o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves conseqüências para o novo ser social, para a cidadania e para a educação.

No período do fordismo, a diminuição de ritmo entre a produção de valor e a sua realização na esfera da circulação fazia-se por meio do Estado de Bem Estar, que se tornava o principal instrumento para o alargamento artificial do mercado consumidor. No momento atual, o político, reconfigurado segundo a *extended order*, provoca um estreitamento da cidadania, posto que os direitos sociais tornam-se mercadorias por meio dos deslocamentos do capital para

esferas sociais e políticas. Esse é o movimento econômico de estreitamento dos ritmos, mas também da cidadania. É a racionalidade que dará a direção da linha de desenvolvimento no âmbito da *Reprodução Social*.

Por outro lado, na economia, temos uma taxa decrescente do valor de uso, além da tendência decrescente da taxa de lucros. Dito em outras palavras, trata-se da obsolescência planejada para aumentar intensiva e artificialmente o espaço de realização do valor. Isso implica dizer que, além dos deslocamentos do capital, há ainda a efemeridade das mercadorias o que possibilita menor preocupação com a extensão do espaço do mercado consumidor. Há aí uma mudança profunda na linha de desenvolvimento da *Reprodução Social*, que implica práticas sociais que degradam a condição humana: há uma acentuação da degradação do processo civilizatório atual. A articulação dos processos acima indicados faz com que as grandes corporações que se apresentam, e, de fato, são o símbolo do controle e da racionalidade capitalista, ao competirem entre si em um mercado mundializado, jamais conseguirão controlar a sociedade em sua totalidade, acentuando ainda mais a autofagia intrínseca à civilização produzida nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Influenciado por Hayek, Friedman torna explícita a concepção de Estado Nacional, no presente momento histórico, quando esses processos acima descritos dão a lógica do político:

Em suma, a organização da atividade econômica através da troca voluntária presume que se tenha providenciado, por

meio do governo, a necessidade de manter a lei e a ordem para evitar a coerção de um indivíduo por outro; a execução de contratos voluntariamente estabelecidos; a definição do significado de propriedade, a sua interpretação e a sua execução; o fornecimento de uma estrutura monetária (Friedman, 1982, p. 33).

Esclarece-se, tal como propõe Friedman, como a *ordem estendida do mercado*, isto é, como o capital torna-se o conteúdo principal do político: de um lado, por seu expansionismo para outros setores da economia, da sociedade e para outras áreas geográficas em nível planetário, de outro, pelo desenho das novas instituições, cuja lógica é dada pela *extended order*. Dessa forma, o Estado, como já afirmado, torna-se, ao contrário do declarado, muito forte e pouco interventor no social (posto que o econômico o configura), mostrando-se, no entanto, democrático quando, em relação ao social, põe em movimento os direitos sociais de sua alçada para a da sociedade civil. E, em um aparente clima democrático, denomina tal movimento de descentralização, quando, de fato, o núcleo central já definiu as políticas públicas para o social sob a orientação do econômico: *trata-se da descentralização do que já estava definido mercantil e centralizadamente*. A cidadania que deriva daí é a cidadania produtiva. Os direitos sociais são agora mercantilizados pelas organizações não governamentais, pelos planos de saúde, pelos planos de previdência privada e até pelos salários-educação e *vouchers educacionais*. A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos, segundo a mesma matriz teórico-político-ideológica do

Estado, na sua gestão e no seu conteúdo curricular, ambos baseados e legitimados pela ausência de sensibilidade com o social e por uma racionalidade científica instrumental. É interessante ler o que pensa Friedman sobre a educação:

O mais óbvio seria exigir que cada criança recebesse pelo menos o mínimo de instrução de um tipo específico. Tal exigência poderia ser imposta aos pais sem nenhuma outra ação governamental – da mesma forma que proprietários de prédio e automóveis são obrigados a obedecer a determinados padrões para a segurança alheia. Há entretanto, uma diferença entre os dois casos. Indivíduos que não podem pagar os custos do cumprimento dos padrões estabelecidos para prédios ou automóveis podem, em geral, livrar-se da propriedade vendendo-a. A exigência pode, por isso, ser posta em vigor sem nenhuma outra providência por parte do governo. A separação de uma criança dos pais por não poderem pagar sua instrução numa escola é claramente inconsistente com nossa posição de considerar a família como unidade social básica e nossa liberdade individual. Além disso, muito provavelmente prejudicaria a educação da criança para o exercício da cidadania numa sociedade livre (Friedman, 1985, p. 84)<sup>9</sup>.

Em meio ao movimento de extensão do capital aos complexos sociais em geral, o político, a educação e as políticas educacionais mercantilizam-se, produzindo relações sociais que se materializam em práticas humanas – constituintes do sujeito – orientadas pela racionalidade do capital. Isso implica dizer que, se tomamos tais práticas como conformadoras do sujeito, bem como, transformadoras dos processos sociais (que possuem legalidade própria, dada à inexistência de identidade entre sujeito e objeto),

estamos produzindo uma sociedade mercadorizada de forma totalizante, a esfera educacional tornou-se um *quase-mercado*, a escola assemelha-se a um empório e o individualismo possessivo articulado à competitividade tornam-se os valores máximos de nossa educação subordinada ao mercado. Uma sociedade cujo ser social é um *cidadão produtivo: útil, só e mudo*. Ainda que, segundo Campos (2001), possamos dividir a história do capitalismo em duas fases, como assinalado anteriormente, o Estado capitalista e o poder político, a cidadania e a educação apresentaram-se sob formas históricas diferentes no processo civilizatório burguês. No entanto, é impossível negar a densidade histórica dessa forma de produção da vida humana, no limiar do século XX e início do século XXI, uma espécie de condensação contraditória e reacionária das diferentes *Temporalidades Históricas do Capitalismo*. Assistimos, hoje, o que *in nuce* já se punha no século XVII, XIX e XX, é possível apreender, no caráter revolucionário, já no século XVII, a potência de destruição da cultura que ali se construiu. Em acréscimo, notar as vicissitudes do aparelho de Estado, do poder político, da cidadania e da educação. É possível ver a economia, de produtora de riqueza, ainda que na sua forma capitalista, tornar-se a mais explícita forma de ideologia no momento atual. Por outro lado, os processos de reprodução social, nesse momento de aguda crise do processo civilizatório da Modernidade, parecem impor uma ilusão de que a totalidade social apresenta-se como uma segunda natureza, que se apresenta desvinculada de suas esferas fundantes: a economia e a própria

natureza em si. Isso tem sido de difícil entendimento e tem provocado a colocação, em segundo plano, do conteúdo histórico denso que nos fere mundialmente no presente processo *thanático* de destruição da civilização burguesa que assistimos em tempo real pelas televisões a cabo ou pela internet, como o 11 de setembro de 2001, na Cidade de New York. Aí parece residir e, ao mesmo tempo, esgotar-se a crítica pós-moderna e os reducionismos lógicos e gnosiológicos da crítica à economia política e de sua abordagem teórico-metodológica, tais como *os fundamentos biológicos do conhecimento, a teoria da complexidade, o holismo* e, sobretudo, o “relativismo ontológico” do *neopragmatismo rortyano*.

Concordando com os intelectuais que nos orientaram nessas reflexões sobre o tema tão complexo, a racionalidade social capitalista tem um momento de construção de uma nova cultura orientada por uma direção que colocaria a *condição humana* em estágio superior, porém, contraditoriamente, os traços que fundavam economicamente tal cultura constituíam sua própria negação. Tal negação ocultava-se na forma histórica que assumiam, dentre outras esferas, o Estado, a Cidadania e a Educação. Tal negação, contudo, tornou-se cada vez mais explícita a cada crise provocada pela contradição ocultada, quando, por exemplo, o Estado de Bem Estar pela dimensão pública procura reconfigurar a dimensão privada segundo sua lógica. E, no momento presente, quando a economia transforma-se na mais forte dimensão ideológica e, em vez do poder político, origina-se na sociedade, materializa-se no Estado

e submete-se à sociedade, como propunha Locke, o que vemos é: a emergência do poder político (com tênues mediações), da economia e a sua submissão ao mercado. Impõe-se, pois, um regime político cujo centro encontra-se uma racionalidade científica instrumental para que o indivíduo, sem sentimento de pertença a qualquer coletivo, assumia uma forma de ser social, na qual ele mais se nega, na qual ele se torna, mais do que nunca, mercadoria e a *condição humana*, historicamente, parece retroagir mais de trezentos anos. Mais do que nunca, de forma reacionária, a cultura organizadora da sociedade no século XVII faz-se presente no século XXI, destruindo-se a si mesma e aos seres humanos.

#### Notas:

<sup>1</sup> Ver LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Editora, 1969.

<sup>2</sup> Destaca-se, aqui, que para Locke a *Propriedade* como um direito natural somente faz sentido quando articulado com o trabalho humano, escreve o filósofo no mesmo *Ensaio*: “Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para

terceiros" (Locke, 1991, p. 228).

<sup>3</sup>Veja-se: O surgimento do antivoltor - capital, força de trabalho e fundo público. *Novos estudos Cebrap*, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

<sup>4</sup>Para Lessa (1996), segundo Lukács, com o incremento da capacidade humana em transformar a natureza, tem início o desenvolvimento do gênero que, em linhas gerais, passa pela divisão do trabalho, pela divisão da sociedade em classes sociais e pelo desenvolvimento de relações genéricas e materiais (como o mercado, o capital, etc.) que articulam cada vez mais intensamente a generalidade humana (*Gattungsmässigkeit*).

Para o que agora nos interessa, deste complexo problemático é fundamental que, ao se complexificarem as relações sociais, são exigidas dos indivíduos posições teleológicas cada vez mais articuladas, sociais. Isto termina por explicitar as peculiaridades de um tipo de posição teleológica que não é mais a posição típica de trabalho, mas que, todavia, é imprescindível ao mesmo à medida em que o trabalho assume uma forma cada vez mais cooperativo-social. Nos referimos às posições que têm por objetivo influenciar nas posições teleoló-

gicas de outros indivíduos, tendo em vista a realização de certas tarefas em comum. Este desenvolvimento é o solo genético do desdobramento de novas mediações sociais, que não mais pertencem diretamente ao reino da produção. Pensemos, como exemplos, em fenômenos como o direito, a arte, a ideologia, etc.

Repetimos: Lukács insiste seguidamente sobre o fato de que tais complexos sociais, ainda que tenham a sua gênese e o seu desenvolvimento impulsionados pelas necessidades postas pela reprodução material, não mais se relacionam com a transformação da natureza, via trabalho, senão de forma mediada [no âmbito do que o pensador húngaro denominou *Reprodução Social*].

<sup>5</sup>Na condição de forma fenomênica da substância histórica do capitalismo, tal como propõe Marx e já desenvolvido, ainda que brevemente, em momentos anteriores deste texto.

<sup>6</sup>Destaca-se, aqui, que para Friedman só é possível uma sociedade livre, se e somente se, a economia não for planejada e nem nela houver intervenção do Estado, a não ser como tornado explícito na citação.

## Referências bibliográficas

- CAMPOS, Lauro. *A crise completa* – a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CORÁGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Em: WARDE, Mirian Jorge et al. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, PUC/SP e Ação Educativa, 1996.
- CHENAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. Em: *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. V. 2.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HAYEK, Friedrich A. *Camino de servidumbre*. San José: Universidad Autónoma de Centroamérica, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The fatal conceit* – the errors of socialism. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- HAYEK na UNB. Brasília: Universidade Brasileira, 1981. (Coleção Itinerários).



- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. Em: *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. Problemas de sociologia rural. Em: *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- LESSA, Sergio. Lukács e Heller: a centralidade do trabalho. *Revista Raízes*, Campina Grande: UFPB, n. 13, set. 1996.
- LOCKE, John. *Some thoughts concernings education*. Em: AXTELL, James L. *The educational writings of John Locke*. London and New York: Cambridge University Press, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Nova Cultural, 1990. (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo : Nova Cultural, 1990. (Coleção Os Pensadores).
- LUKÁCS, György. A reprodução. Tradução de Sérgio Lessa. In: *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação pública*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Em: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes/Fapesp, 1999.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REED, John. Quase trinta. Em: *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SADER, E. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do estado e mudanças na produção*. São Paulo: EDUSF/Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. A produção intelectual sobre a educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBPE): período 1968-1995. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 79, n.193, p.95-112, 2000.